



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Crenças do senso-comum sobre as causas do mau trato em Portugal

Calheiros, M. (Centro de Investigação e Intervenção Social/Instituto Superior de  
Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Portugal)

Correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para:

Maria Manuela Calheiros

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

Avenida das Forças Armadas

1649-026 Lisboa

Email:maria.calheiros@iscte.pt

**Keywords: crenças senso-comum causas mau trato**



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

### **Implicações práticas**

Do ponto de vista social, a análise do sistema conceptual dos indivíduos sobre a diversidade das causas do mau trato pode contribuir para responder a questões de previsão (estabilidade e mudança do comportamento social - geral e dos pais), e de justificação (planeamento e estratégias a utilizar) no desenho e implementação de programas de intervenção comunitária. A análise interactiva dos factores de variabilidade das crenças de senso comum torna possível o desenvolvimento de programas de sensibilização para o problema direccionados especificamente para determinados grupos sociais.



## **Crenças do senso-comum sobre as causas do mau trato em Portugal**

### **Resumo**

**Objectivo:** O objectivo deste estudo é o de analisar as crenças de senso-comum duma amostra de portugueses sobre as causas do mau trato a crianças e, analisar quais os factores de variabilidade dessas crenças.

**Método:** 358 participantes (pais e mães), responderam a um conjunto de variáveis sócio-demográficas e a um Questionário de Crenças sobre as Causas do Mau Trato que contém 38 itens construídos a partir da revisão de literatura sobre os modelos etiológicos do mau trato: a) nove itens relativos às características e história de desenvolvimento parental; b) sete itens relativos ao contexto e à interacção familiar que envolve o meio imediato da criança-família (micro-sistema); c) oito itens referentes aos contextos sociais do mau trato ou exo-sistema; d) nove itens referentes à cultura e inserção social dos sujeitos; e, e) cinco itens relativos a ideias sobre a natureza da criança, educação e desenvolvimento.

**Resultados:** Os portugueses explicam os maus tratos através de uma estrutura multifactorial que integra os factores - ontogénico, interaccionista, cultural, e do contexto e inserção social, - propostos pelos modelos teóricos sobre etiologia do mau trato. Existe uma grande variabilidade nestas crenças em função das variáveis proximais dos participantes.

**Discussão:** À semelhança dos discursos encontrados por outros autores, as explicações de senso-comum sobre o mau trato são mais restritivas do que as verificadas pela investigação teórica e empírica actual, desresponsabilizam os pais, não lhes atribuindo um papel activo na parentalidade. Constituem uma legitimação social do mau trato.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## Introdução

O objectivo deste estudo é o de analisar as crenças de senso-comum duma amostra de pais e mães portuguesas sobre as causas do mau trato a crianças e, analisar quais os factores de variabilidade dessas crenças.

Com a integração das perspectivas ecológicas e transaccionais na área do mau trato, a investigação deixou de ser orientada por uma concepção unifactorial e passou a integrar os diferentes níveis de análise ao nível dos indivíduos, família e contextos socioculturais. São exemplos de integração destes níveis de análise, o modelo ecológico de Belsky (1980, 1984), e o modelo transaccional de Cicchetti e Rizley (1981) formulados na década de 80 em que se analisam factores individuais como as competências parentais, mas também as interacções pais-filhos, a inserção parental em contextos socioecológicos e familiares específicos e a pertença a grupos e culturas diferentes. Na década de 90, o recurso à articulação entre modelos influenciou um conjunto de investigação caracterizada pela presença de múltiplas variáveis, construída a partir dos quatro sistemas principais de interacção (pais, criança, meio e cultura) e pela articulação de diferentes processos, assistindo-se a uma certa convergência e a um número cada vez maior de factores comuns entre os diferentes modelos. É exemplo disso o *modelo ecológico-transaccional* de Cicchetti e Lynch, (1993) sobre os determinantes da parentalidade abusiva.

A partir deste e doutros modelos de cariz mais contextualista de interacção pessoa-meio, a investigação actual (e.g., Ginny, Clark, & Bass, 2005; Sprang, Clark, & Bass, 2005; Sidebotham & Heron, 2006) busca os factores etiológicos da parentalidade abusiva nos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

indivíduos, nos contextos de interação e nas circunstâncias socioculturais em que se desenvolvem.

Por sua vez, se considerarmos as perspectivas sociocognitivas sobre a infância, educação e parentalidade é também este o percurso a que recorrem os autores quando tentam compreender a origem e as fontes de variabilidade das crenças, ideias (Goodnow, 1995; Goodnow & Collins, 1990; McGillicuddy-DeLisi & Sigel, 1995) e representações sociais (Carugati, 1990; Carugati, Emiliani, & Molinari, 1990; Moscovici, 1984) para explicar o seu significado social. Estas crenças podem ser procuradas a partir das experiências proximais dos pais e educadores sejam estas construídas com base nas suas experiências no passado ou ao longo da vida, quer se baseiem na experiência educativa e na relação com as crianças. Mas também, a um nível mais distal, a partir da sua localização social e contexto cultural, e ainda nas transações entre indivíduos, ou seja, no decurso das trocas sociais entre indivíduos (Carugati, 1990; Goodnow, 1995; Goodnow & Collins, 1990; McGillicuddy-DeLisi & Sigel, 1995). Nesta nova forma de conceber teoricamente o papel das interações pessoa-meio, mais do que se estar a assistir a uma concepção unidimensional dos pais e a efeitos determinísticos baseados na velha polémica natureza-cultura, começa agora a ter-se uma visão dos pais que inclui as várias áreas do seu funcionamento (cognições, emoções e comportamento) (Bugental & Goodnow, 1997), cujo desenvolvimento pressupõe explicações mais complexas do que as suas predecessoras (Collins, Maccoby, Steinberg, Hetherington, & Bornstein, 2000; Lerner, 1997). Contudo, embora alguns estudos recentes (e.g., Calheiros, 2006) comecem a revelar uma realidade que é mais complexa do que a esperada pelos defensores das velhas teorias, na investigação empírica desenvolvida em Portugal, a interdependência entre níveis de análise é ainda uma visão



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

minoritária. Assim, os numerosos factores que aparentemente distinguem amostras de grupos de mau trato de grupos controlo são ainda um problema por resolver, não só para os investigadores que pretendem identificar um padrão causal entre os antecedentes, como para os práticos que pretendem atingir objectivos de prevenção e intervenção. Em Portugal, o reconhecimento social, institucional, profissional e comunitário do mau trato é recente, o que pode também prever que a falta de uma visão de interdependência entre níveis de análise também se ajusta às análises dos leigos sobre a natureza da parentalidade abusiva. Partimos deste princípio, uma vez que outros autores já o referiram a propósito do papel dos pais na educação dos filhos (e.g., Collins et al., 2000), e dos discursos sobre a concepção de criança (Carugati, 1990; Mugny, & Carugati, 1985). Como afirma Carugati, questões que englobam diferenças individuais e a dicotomia natureza-cultura estão tão presentes na origem das teorias científicas, como nas teorias ditas “naives” do senso-comum. Neste sentido vão também os resultados encontrados nos estudos de senso comum sobre as causas do mau trato noutros países (Dhopper, Royse, & Wolfe, 1991; Korbin, Coulton, Lindstrom-Ufuti, & Spilsbury, 2000; Simarra, Paul, & San, 2002). A imagem que prevalece é de que o mau trato é explicado através das características individuais e factores biológicos ou psicológicos dos perpetradores (características psicológicas e mentais específicas que os distanciam dos sujeitos considerados normais), ou então, que o seu comportamento individual é fortemente influenciado pelo meio, especialmente o meio social (pobreza, consumo de álcool e drogas). Todas estas explicações supõem uma visão de sujeito passivo em que os comportamentos parentais pressupõem reprogramação inata, a acumulação simples de aprendizagens precoces (mau trato na infância), ou ainda a imagem do indivíduo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

como dependente de impulsos, motivos ou traços de personalidade ou de uma realidade social e cultural que se impõe ao sujeito.

A ideia de que as pessoas procuram explicações para os fenómenos sociais, sobretudo aqueles que fogem às normas definidas pela sociedade, e de que é necessário compreender essas explicações nas relações que mantêm com a história da produção científica, conduziu-nos a que recorrêssemos aos modelos teóricos que se debruçam sobre os determinantes do mau trato para definir os conteúdos das crenças sobre as causas do mau trato. Queremos saber se as ideias de senso-comum acompanham a nova geração de evidência teórica e empírica iniciada pelos modelos ecológico-transaccionais (Belsky, 1980, 1984; Cicchetti & Lynch, 1993) sobre o papel complexo dos contextos e das cognições dos pais enquanto determinantes da parentalidade abusiva (e.g., Ginny, Clark, & Bass, 2005; Sprang, Clark, & Bass, 2005; Sidebotham & Heron, 2006), ou se, pelo contrário, as ideias de senso-comum se ajustam mais aos modelos clássicos do mau trato que defendem causas únicas associadas à dicotomia natureza-cultura da parentalidade - modelo psiquiátrico de Steele e Pollock de 1968, modelo sociológico de Gelles, 1973, e o modelo sociosituacional de Parke e Collmer de 1975, (cit in Ammerman, 1990; Belsky, 1978).

As representações, ideias ou crenças de senso comum e técnico sobre o mau trato constituem uma linha de investigação ainda muito pouco estudada, apesar de os autores que a ela se tem vindo a dedicar (Dubowitz, Klockner, Starr, & Black, 1998; Korbin, 1987; Korbin, et. al., 2000; Giovannoni, 1989; Polansky, Ammons, & Weathersby, 1983; Portwood, 1998, 1999; Simarra, et. al., 2002) a refiram como uma área de grande relevância para a compreensão do mau trato enquanto um problema social. A maioria destes estudos tem-se referido sobretudo às questões da definição, gravidade e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

sinalização do mau trato e menos à análise das crenças sobre as causas e formas de intervenção. Além disso, os estudos disponíveis na literatura sobre a análise das crenças de senso comum sobre as causas do mau trato (e.g., Dhipper, et. al., 1991; Korbin, et. al., 2000; Simarra, et. al., 2002) propõem aos sujeitos um pequeno leque de crenças, (13 e 12 respectivamente), cujos conteúdos reflectem sobretudo a dicotomia natureza-cultura e não as múltiplas variáveis da criança, das interações e dos variados sistemas de interação em que o mau trato se dá. Finalmente, nestes estudos, embora se identifiquem factores de variabilidade das crenças, sendo investigações sobre os efeitos directos, a questão a nível pragmático da produção eficiente de predições continua a colocar-se dado que os sistemas articulados entre as diferentes variáveis (preditoras e moderadoras, assim como outros efeitos na predição) são ignorados nas investigações referenciadas.

### *Método*

#### *Participantes*

A amostra é constituída por 358 participantes, (lusos = 335, 93.6%; africanos = 23, 6.4%), pais (122; 34.1%) e mães (236; 65.9%) de crianças a frequentar o primeiro ciclo em escolas portuguesas. A idade média das mães e dos pais é, respectivamente, 36.3 anos (D.P= 5.68) e 39.3 (D.P= 8.34). Tal como se observa no Quadro 1., a maioria dos participantes é de origem lusa, vivem em meio urbano (rural – 83, 23,5%; urbano – 270,76.5%), e tem um nível sócio económico médio. Relativamente às variáveis de experiência educativa e de contacto com mau trato há a referir que cerca de 50% têm 2 filhos, existe um número significativo de participantes com experiência pessoal de mau trato (cerca de 16%), e o facto de quase metade dos pais terem contacto formal com o problema (Quadro 1).



### Inserir Quadro 1

Quadro 1. Características sócio-demográficas dos participantes

| Sexo                     | N (353) | %     |
|--------------------------|---------|-------|
| Masculino                | 122     | 34.1  |
| Feminino                 | 236     | 65.9  |
| Zona de residência       | N (353) | %     |
| rural                    | 83      | 23,5  |
| urbano                   | 270     | 76.5  |
| Estatuto socioeconómico* | N (304) | %     |
| Baixo                    | 45      | 14.8  |
| Médio                    | 193     | 63.5  |
| Alto                     | 66      | 21.7  |
| Etnia                    | N(358)  |       |
| Lusos                    | 335     | 93.6  |
| Africanos                | 23      | 6.4   |
| Número de filhos         | N (352) | %     |
| 1 filho                  | 99      | 28.1  |
| 2 filhos                 | 178     | 50.6  |
| 3 ou mais filhos         | 75      | 21.3  |
| Contacto formal          | N (293) | %     |
| Sim                      | 128     | 43.7% |
| Não                      | 165     | 56.3% |
| Contacto pessoal         | N (279) | %     |
| Sim                      | 44      | 15.8% |
| Não                      | 235     | 84.2% |

\* Foi criado um indicador de estatuto socioeconómico (alto, médio e baixo) cujo alpha é de .80 a partir das variáveis: escolaridade da mãe, profissão da mãe, escolaridade do pai, profissão do pai e capacidade económica subjectiva da família.

### Instrumento

O Questionário de Crenças sobre as Causas do Mau Trato, foi construído com 38 itens avaliados numa escala de 1 (discordo muito) a 5 (concordo muito) a partir da revisão de literatura sobre os modelos etiológicos do mau trato: a) nove itens relativos às características e história de desenvolvimento parental (o papel da personalidade e das características psicológicas, o nível de funcionamento e capacidade, as experiências e aprendizagens dos pais, quer relativamente à sua própria história enquanto crianças, quer como resultado das aprendizagens realizadas em experiências educativas prévias com crianças), (e.g., Belsky & Vondra, 1989; Rutter, 1989; Wolfe, 1991); b) sete itens relativos ao contexto e à interacção familiar que envolve o meio imediato da criança-família (micro-sistema), incluindo factores específicos da família, tais como a estrutura



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

e dinâmica de relações familiares (relação conjugal, organização familiar), os factores de stress familiar, mas também as características da criança e a forma como se desenvolvem as interacções pais - filhos; c) oito itens referentes aos contextos sociais do mau trato ou exo-sistema onde se avaliam questões relativas à área de stress de vida provocada por factores ambientais e sociais e/ou circunstâncias de vida causadores de stress, como o desemprego e problemas de trabalho, quer ainda aos factores mediadores de stress, como as redes de suporte social e institucional (Belsky & Vondra, 1989; Garbarino, Guttman, & Seeley, 1986; Rutter, 1989; Wolfe, 1991); d) nove itens referentes à cultura e inserção social dos sujeitos onde se questiona a importância da aceitação pela sociedade da punição corporal como uma forma legítima de disciplina, as atitudes sociais em relação à violência em geral, as crenças sobre técnicas de disciplina, e o nível de violência no país e na comunidade (Belsky, 1984); e, e) cinco itens relativos a ideias sobre educação onde se avalia a importância das concepções dos pais maltratantes sobre a natureza da criança, educação e desenvolvimento (Goodnow & Collins, 1990) enquanto factores determinantes da parentalidade abusiva.

Os participantes, eram ainda questionados sobre o tipo de contacto que tinham com o mau trato: experiência pessoal de mau trato na infância ou como educadores, experiência profissional/formal na área (conhecimento de literatura especializada, trabalhou na área ou teve contactos profissionais com situações de mau trato), e contactos informais com o problema através da comunicação social, de vizinhos ou outros e, só ouviu falar do assunto. A partir destes oito tipos de contactos foi criada uma variável de número de contactos que varia entre 1 (pouco contacto) e 4 (muito contacto).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## Procedimento

O questionário foi entregue às crianças nas escolas, pedindo-lhes que o levassem para casa para um dos pais responder (pai ou mãe). Como instrução de preenchimento foi dito aos participantes que este questionário tinha por objectivo conhecer a opinião das pessoas (pais e mães) sobre as causas que levam alguns pais e mães a maltratarem os filhos, tendo sido garantida a confidencialidade das suas respostas.

Posteriormente recolheram-se os questionários na escola.

## Resultados

Estrutura e conteúdo das crenças sobre as causas do mau trato

The distribution of each of the 38 items was examined and several of the items were found to be severely skewed. Ten items were removed from the item pool because over 50% of participants' responses to these items fell on one of the one extreme response options.

As 28 questões relativas às crenças explicativas do mau trato foram submetidas a análises factoriais em componentes principais com rotação ortogonal dos eixos.

O teste de Bartlett permitiu rejeitar a hipótese de que as matrizes subjacentes aos itens em análise são matrizes identidade ( $\chi^2 = 821.37; p = .000$ ).

A estatística de KMO apresenta um valor bastante elevado (KMO = .71) o que permite caracterizar esta análise factorial como tendo uma boa adequabilidade. A extracção dos factores foi realizada com base no critério de Kaiser, que preconiza a selecção dos factores cujo valor próprio é superior a 1. Os factores extraídos foram sujeitos a uma rotação ortogonal através do método *Varimax*. De seguida, seleccionaram-se os itens que possuíam um nível de saturação superior a .40.



O primeiro factor, denominado “Ontogénico”, reflecte uma representação do mau trato causado sobretudo por aspectos que são trazidos pelos sujeitos para a situação de mau trato. Esta visão caracteriza-se por uma abordagem explicativa estável e incontrolável, na medida em que o património que trazemos da nossa infância e dos modelos parentais que aí tivemos parece imutável, e se associa a processos de desenvolvimento caracterizados por múltiplos acontecimentos negativos e por variáveis intra-psicológicas dos pais.

O segundo factor congrega ideias explicativas “Interaccionistas”, tomando em consideração as características e o papel da criança, as atribuições parentais acerca dos filhos e o stress de vida nas interacções pais – filhos.

## Quadro 2.

### Estrutura factorial das crenças sobre as causas do mau trato

| Crenças parentais   | Fac. 1     | Fac. 2     | Fac. 3     | Fac.4      |
|---|------------|------------|------------|------------|
| (7) A maneira de ser dos pais tem a ver com a infância que tiveram e é muito difícil mudar            | <b>.74</b> |            |            |            |
| (2) Uma criança maltratada transforma-se geralmente num pai/mãe maltratante                           | <b>.68</b> |            |            |            |
| (29) Os pais maltratam os filhos porque já lhes aconteceu muita coisa na vida                         | <b>.58</b> | .25        | .24        |            |
| (8) Os pais maltratam os filhos porque não gostam de si próprios                                      | <b>.56</b> |            |            | -.25       |
| (13) Os pais que tivemos na infância podem influenciar muito a maneira como nós tratamos os filhos    | <b>.44</b> |            | .39        | .20        |
| (25) Muitas vezes, a maneira de ser das crianças faz com que os pais as maltratam                     |            | <b>.76</b> |            |            |
| (11) Os pais que maltratam os filhos não são maus, por vezes as crianças é que estragam tudo          |            | <b>.71</b> | -.26       |            |
| (24) As pessoas às vezes têm uma vida tão difícil que é impossível não maltratarem os filhos          |            | <b>.63</b> | .24        |            |
| (16) Muitas vezes os pais maltratam os filhos porque interpretam mal aquilo que os filhos fazem       |            | <b>.49</b> |            |            |
| (21) Muitas vezes os pais maltratam os filhos porque acham que têm todos os direitos sobre eles       |            |            | <b>.83</b> |            |
| (20) Porque não sabem fazer de outra maneira, os pais muitas vezes maltratam os filhos para os educar |            | .25        | <b>.72</b> |            |
| (22) Os problemas que as pessoas têm no trabalho influenciam muito a forma como educam os filhos      | .37        |            | <b>.55</b> |            |
| (37) Tratar bem os filhos é uma questão de nível educacional dos pais                                 |            |            |            | <b>.83</b> |
| (38) Se as pessoas estivessem mais inseridas na sociedade não havia tanto mau trato às crianças       |            |            |            | <b>.79</b> |
| Variância (total= 53.8%)  | 23.8       | 11.9       | 9.6        | 8.4        |



O terceiro factor revela a perspectiva “Cultural” pois integra ideias sobre os direitos que os pais têm sobre os filhos e sobre o mau trato como estratégia de educação parental.

O quarto factor expressa um modelo de causalidade “Contexto e inserção social”, integrando o nível educacional dos pais e a sua inserção social.

O Quadro 3 mostra a estatística descritiva dos quatro factores.

Quadro 3.  
Valores do Teste K-S, Assimetria, Curtose e estatística descritiva

|            | K-S e P             | Coef. Assimetria | Coef. Curtose | Média | Desvio-padrão | Mínimo | Máximo | N   |
|------------|---------------------|------------------|---------------|-------|---------------|--------|--------|-----|
| Factor I   | K-S=1.232; $p=.096$ | -.946            | -.421         | 3.099 | .673          | 1      | 5      | 348 |
| Factor II  | K-S=1.989; $p=.001$ | 2.984            | .538          | 2.308 | .669          | 1      | 4.50   | 350 |
| Factor III | K-S=2.822; $p=.000$ | -5.068           | .007          | 3.326 | .850          | 1      | 5      | 349 |
| Factor IV  | K-S=3.376; $p=.000$ | -3.542           | -.672         | 3.583 | .888          | 1      | 5      | 355 |

O factor “Ontogénico” apresenta uma média real praticamente igual à média teórica, e tem uma distribuição normal. O que significa que estas ideias, se tomarmos o conjunto dos sujeitos, são aceites e rejeitadas por um número semelhante de pais/mães, sendo que a maioria deles não tem uma opinião clara sobre elas (não concordam nem discordam).

O factor “Interaccionista” apresenta uma distribuição assimétrica positiva, o que significa que a maioria dos sujeitos não está de acordo que a criança exerça um papel determinante nas interações de mau trato. O factor “Cultural” apresenta uma distribuição assimétrica negativa, o que indica que, de uma forma geral, os sujeitos estão de acordo com uma visão explicativa através de valores, direitos e objectivos educativos. Também as crenças relativas à importância do “Contexto e inserção social”, aqui mais acentuadamente, reúnem um alargado consenso dos pais/mães, pois a distribuição encontra-se igualmente enviesada para a direita.



## Factores de variabilidade das crenças

### Factores distais de variabilidade das crenças parentais

No Quadro 4. apresentam-se os resultados obtidos na análise de variância, que indicam haver apenas um efeito principal do estatuto socioeconómico nos factores ontogénico e cultural.

#### Quadro 4.

Efeitos do estatuto socioeconómico e meio na adesão a diferentes tipos de crenças (valores de F e níveis de significância)

|                         | Ontogénico | Interaccionista | Cultural | Contexto e inserção social |
|-------------------------|------------|-----------------|----------|----------------------------|
| Estatuto socioeconómico | 3.26**     | 1.59            | 2.64*    | .58                        |
| Meio                    | .09        | 1.85            | .26      | .32                        |
| Estatuto × Meio         | .64        | .79             | .23      | .49                        |

\* $p > 0.05 < 0.10$ ; \*\* $p \leq 0.05$

A análise das médias (Quadro 5) indica que são os participantes com estatuto sócio-económico mais elevado que acreditam mais na importância da história individual dos pais maltratantes e dos valores e objectivos dos pais para a explicação das situações de mau trato infantil.

#### Quadro 5

Médias das crenças ontogénicas e ideológicas segundo o estatuto socioeconómico

|            | Estatuto socioeconómico |        |       |
|------------|-------------------------|--------|-------|
|            | Baixo                   | Médio  | Alto  |
| Ontogénico | 2.98a                   | 3.07ab | 3.30b |
| Cultural   | 3.07a                   | 3.38ab | 3.57b |
| N          | 45                      | 187    | 63    |

### Factores proximais de variabilidade das crenças parentais

Nos factores proximais observa-se nas crenças “Ontogénicas” um efeito principal das variáveis estatuto parental e contacto com o problema, indicando que estas crenças têm uma maior adesão por parte dos pais (média dos pais = 3.26 > média das mães = 2.96), e dos participantes que têm um maior número de contactos com o problema (um contacto = 2.93 < quatro contactos = 3.29).

#### Quadro 6



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Efeitos do estatuto, experiência parental e contactos com o mau trato na adesão a diferentes tipos de crenças (valores de F e níveis de significância)

|                         | Ontogénico | Interaccionista | Cultural  | Contexto e inserção social |
|-------------------------|------------|-----------------|-----------|----------------------------|
| Estatuto parental       | 10.83****  | 10.83****       | 14.43**** | .74                        |
| Experiência parental    | 2.39       | .006            | 3.62**    | .67                        |
| Contacto com mau trato  | 3.13**     | 2.53*           | .43       | 1.36                       |
| Estatuto × Experiência  | 1.02       | .86             | 3.33**    | .48                        |
| Estatuto × Contacto     | 3.43**     | 2.90**          | 1.04      | 2.97**                     |
| Experiência × Contacto  | 1.67       | .66             | 2.59**    | .92                        |
| Estat. × Exper. × Cont. | 1.53       | 1.08            | .56       | .66                        |

\* $p > 0.05 < 0.10$ ; \*\* $p \leq 0.05$ ; \*\*\* $p \leq 0.01$ ; \*\*\*\* $p \leq 0.001$

Contudo, o efeito de interacção do “estatuto parental” (pai ou mãe) e “contacto” indica que as diferenças entre pais e mães só se verificam nas situações em que o contacto é reduzido. Ou seja, com um contacto (média do pai = 3.29; média da mãe = 2.76), ( $t(52) = 3.01$ ;  $p < .004$ ), ou com dois contactos (média do pai = 3.28; média da mãe = 3.03), ( $t(133) = 2.20$ ;  $p < .02$ ).

Em relação ao factor “Interaccionista”, os resultados da Anova mostram um efeito principal do estatuto parental (média dos pais = 2.49 > média das mães = 2.21) e tangencial do número de contactos, secundado por um efeito de interacção destas variáveis. Esta interacção sugere que, enquanto as mães com mais contactos (média do pai = 2.60; média da mãe = 2.18), ( $t(58) = 2.59$ ;  $p < .01$ ) aderem menos que os pais a estas crenças, com menos contacto (um ou dois) o estatuto parental não é relevante nessa diferenciação, ( $t(134) < 1$ ;  $t(88) < 1$ , respectivamente).

Os resultados da análise de variância para o factor “Cultural” mostram efeitos principais do estatuto parental (média dos pais = 3.52 > média das mães = 3.11) e da experiência parental (méd. pais c/ três filhos = 3.09 < méd. pais c/ dois filhos = 3.44; méd. pais c/ um filho = 3.41), secundado por um efeito de interacção destas variáveis e um efeito de interacção da experiência parental com o número de contactos.



A interação do estatuto parental com a experiência parental sugere que os pais com mais experiência parental – três filhos (média do pai = 3.47; média da mãe = 2.86), ( $t(72) = 2.70$ ;  $p < .01$ ) se diferenciarem das mães, enquanto com um ou dois filhos o estatuto parental não parece relevante nessa diferenciação, ( $t(97) < 1$ ;  $t(169) < 1$ , respectivamente). Os testes univariados da Anova não confirmam qualquer distinção entre subgrupos do número de contactos e da experiência parental.

A análise de variância para o factor “Contexto e inserção social” mostra somente um efeito de interação entre o estatuto parental e o contacto com situações de mau trato. Esta interação indica que na situação de três contactos os pais recorrem menos a este tipo de explicação (média = 3.32) do que as mães na mesma situação (média = 3.70) ( $t(88) = 2.04$ ,  $p < .04$ ).

Consideramos também a importância que diferentes experiências com o problema (pessoal e conhecimento formal sobre o mau trato) possam ter na variabilidade das crenças.

Os resultados das análises de variância apresentados no Quadro 7 indicam efeitos principais das variáveis experiência pessoal e contacto formal nos factores “Ontogénico” e “Contexto e inserção social” indicando que, quer as crenças que se fundamentam na experiência parental, quer as crenças sobre os factores sociais do mau trato, têm uma maior adesão por parte dos participantes que têm experiência pessoal com este tipo de práticas e dos participantes que têm contacto com os pontos de vista formais sobre o problema.

#### Quadro 7

Efeitos da experiência pessoal e contacto formal com o mau trato na adesão a diferentes tipos de crenças (valores de F e níveis de significância)

|                     | Ontogénicas | Interaccionistas | Cultural | Contexto e inserção social |
|---------------------|-------------|------------------|----------|----------------------------|
| Experiência pessoal | 8.61**      | .32              | 1.40     | 4.57*                      |



|                        |        |     |      |       |
|------------------------|--------|-----|------|-------|
| Contacto formal        | 8.45** | .17 | 1.70 | 4.76* |
| Experiência × Contacto | 6.88** | .76 | .24  | 4.93* |

\* $p \leq 0.05$ ; \*\* $p \leq 0.01$

Os resultados da análise de variância para o factor “Ontogénico” mostram ainda um efeito de interacção significativo das duas variáveis ( $F(1,265) = 6.88$ ;  $p = .009$ ), devido a uma maior valorização do papel de factores psicológicos e da história de educação dos pais durante a infância pelos participantes que referem terem experienciado violência, e que têm conhecimento especializado na área ( $M = 3.73$ ), do que aqueles que, tendo sido maltratados em pequenos, não têm conhecimento formal sobre o problema ( $M = 3.08$ ), ( $t(37) = 2.55$ ,  $p = .02$ ), enquanto que nos que não tiveram experiência pessoal de mau trato, o conhecimento formal não parece relevante nessa diferenciação ( $t(225) = .40$ ,  $p = .68$ ).

Observa-se ainda um efeito de interacção entre a experiência pessoal e o conhecimento formal no factor que integra variáveis de inserção social dos pais como determinantes das práticas parentais abusivas ( $F(1,271) = 4.93$ ;  $p = .03$ ). Este efeito deve-se ao facto de as pessoas com experiência pessoal atribuírem mais importância a explicações que integram as ideias sobre a importância do nível educacional e inserção social dos pais quando têm experiência profissional e especializada na área ( $M = 4.22$ ), do que aquelas que não têm experiência técnica ( $M = 3.54$ ) ( $t(38) = 2.30$ ,  $p = .03$ ), enquanto que nos que não tiveram experiência pessoal de mau trato, o conhecimento formal não parece relevante nessa diferenciação, ( $t(229) = .05$ ,  $p = .95$ ).

### **Conclusões e Discussão**

Com esta investigação queríamos saber como se estruturam as crenças de senso-comum sobre as causas do mau trato e quais os factores de variabilidade dessas crenças.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Em relação à estrutura das crenças sobre as causas do mau trato, os resultados sugerem que os portugueses recorrem à integração de quatro factores – ontogénico, interaccionista, cultural e do contexto e inserção social, agrupando-se segundo a lógica multifactorial do modelo ecológico de Belsky (1980, 1984) (ontogénico, micro, exo e macro sistemas). Parece assim que os portugueses inquiridos pensam estes quatro níveis de análise como ortogonais, e não como dois pólos de uma mesma dimensão, ou como dimensões opostas, como propõem os modelos clássicos do mau trato que se focalizam, ora em variáveis intra-psicológicas dos pais, ora em variáveis culturais. O que significa que os portugueses, embora evidenciem uma maior adesão a explicações sociais e culturais e sejam ambivalentes em relação às explicações ontogénicas (características psicológicas dos pais e educação na infância) (ver médias dos factores no Quadro 3.), podem, em simultâneo, pensar que os pais maltratam os filhos, integrando também o nível ontogenico e interaccionista, embora ainda rejeitem razões relacionadas com a própria criança e razões centradas na relação pais-filhos.

Estes resultados parecem indicar que a imagem que prevalece em Portugal sobre as causas da parentalidade abusiva, à semelhança de outros estudos (e.g., Korbin, Coulton, Lindstrom-Ufuti, & Spilsbury, 2000) reflecte uma visão dos pais maltratantes como seres passivos não lhes sendo atribuída a responsabilidade pelos seus actos abusivos.

Estes são explicados sobretudo pela cultura e sociedade em que vivem, e pela sua própria história ontogénica. Constituem uma legitimação social do mau trato.

Por sua vez, do ponto de vista teórico os resultados podem ser indicativos das dinâmicas das relações entre teorias científicas e a produção de discursos e imagens dos leigos sobre a parentalidade abusiva. À semelhança da conceptualização dos modelos clássicos do mau trato parental – o modelo psiquiátrico e o sociológico –, as explicações de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

senso-comum sobre o mau trato são mais restritivas do que as verificadas pela investigação teórica e empírica actual (não integram aspectos das interacções familiares do micro-sistema mas apenas as interacções pais-filhos, nem aspectos específicos da comunidade) e desresponsabilizam os pais pois não integram variáveis sócio-cognitivas da parentalidade, não lhes atribuindo por isso um papel activo na parentalidade.

Relativamente à questão de saber a que factores se deve a variabilidade das crenças causais sobre o mau trato, e como se articulam os diferentes factores que estão na sua origem, os resultados deste estudo parecem indicar que o panorama sobre as várias dimensões a que recorre o senso-comum se nos apresenta com uma certa complexidade. A natureza da informação que obtivemos sendo social é expressa de forma plural e contraditória (Billig, 1993) uma vez que resulta tanto da experiência pessoal, como das ideias que os indivíduos encontram nos seus grupos sociais e no seu meio ecológico, como ainda da transformação da informação técnica e científica difundida (e.g., Goodnow & Collins, 1990).

Especial interesse neste estudo parece ter o estatuto parental dos participantes e a sua articulação com o facto de estarem ou não expostos a diferentes pontos de vista do conhecimento sobre o tema. Numa primeira abordagem dos resultados, tudo indicaria que seriam os homens da amostra a pensar que os pais maltratam os filhos integrando, em simultâneo, os diferentes níveis de análise do problema. Mas, a realidade parece-nos bem mais complexa. Face ao mesmo nível de experiência global com o problema, as mães, comparativamente com os pais, rejeitam mais as explicações a nível pessoal e interaccional dos perpetradores, e aceitam mais explicações de tipo sociológico, enquanto factores causais do mau trato. Tudo parece indicar que o seu envolvimento na



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

maternidade não lhes permite admitir que outros pais possam maltratar os filhos com base na sua própria história ou na história de desenvolvimento da criança vítima.

Por outro lado, nem todos os participantes defendem o mesmo tipo de crenças em função do seu estatuto e inserção socio económica – os participantes com estatuto mais elevado defendem que as causas do mau trato estão mais relacionadas com factores pessoais e ideológicos do que os participantes de estatuto mais baixo, embora, ao contrário dos modelos clássicos do mau trato que viam estas duas dimensões separadas, estes consigam pensá-las como não contraditórias. Este padrão de resultados parece indicar que são os indivíduos de classes sociais mais favorecidas, cuja posição social lhes permite um maior controlo e acesso a recursos facilitadores do seu processo educativo aos filhos, que, quando confrontados sobre as razões do mau trato, defendam com maior veemência uma imagem associada a factores não controláveis e desculpabilizantes destas práticas. São eles que mais recorrem não só à história de desenvolvimento ontogénico dos pais, mas também a factores ideológicos.

Por fim, os resultados obtidos nem sempre corroboram os dados da investigação desenvolvida recentemente noutros países. De uma forma geral, os resultados obtidos nos Estados Unidos, contrariamente às teorias clássicas do mau trato, não indicam que a experiência pessoal com o mau trato e com os filhos (experiência parental) possa influenciar a visão que os sujeitos constroem sobre o abuso. Em Portugal, tudo parece indicar que estas experiências, sobretudo as de mau trato na infância, e se associadas a conhecimento técnico sobre a área, influenciam a forma como o senso comum vê as dimensões ontogénicas e ideológicas da etiologia do mau trato. Mais contraditório ainda parece ser o facto de, nos Estados Unidos, a experiência formal e técnica com o problema minimizar a importância que estas dimensões apresentam na explicação do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

abuso. Ou seja, as explicações de senso comum sobre mau trato parecem estar efectivamente relacionadas, em Portugal, com o estágio de desenvolvimento das instituições e do conhecimento explícito que orientam os sistemas de intervenção e investigação social.

E isto porque, enquanto nos Estados Unidos e noutros países da Europa a investigação e as políticas de intervenção social no problema têm acompanhado a história da evolução do pensamento científico, na área da Psicologia e das restantes Ciências Sociais, em Portugal, somente em finais dos anos 90 é que o tema dos maus tratos se tornou relevante no meio técnico, sendo apenas na década de 90 que são instituídas as Comissões de Protecção de Menores (CPM) (Decreto Lei nº 189/91), as quais têm poder de intervenção não judicial, multidisciplinar e comunitário. Estes factos sobre a história da inserção do tema em Portugal, associados à visão maioritariamente clínica e assistencialista do problema, e a falta de tradição de investigação nos meios académicos parecem ser as razões porque é que a visão implícita que construímos sobre o abuso parental começa só agora a ser uma visão integrada e matizada do problema.

### **Implicações práticas**

Do ponto de vista social, a análise do sistema conceptual dos indivíduos sobre a diversidade das causas do mau trato pode contribuir para responder a questões de previsão (estabilidade e mudança do comportamento social - geral e dos pais), e de justificação (planeamento e estratégias a utilizar) no desenho e implementação de programas de intervenção comunitária. Ela dá as bases legítimas para as decisões sociolegais e políticas em relação ao mau trato infantil enquanto pressupostos que fundamentam as relações entre os indivíduos, as instituições e o Estado.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Assim, a primeira recomendação que parece implícita nestes resultados aponta na direcção duma certa responsabilização do Estado e da organização social, uma vez que os resultados apontam para o papel potencialmente dominante de certas circunstâncias sociais (nível educacional dos pais, inserção social e profissional) e valores fundamentais como os direitos da família (o direito de autonomia parental versus o direito de protecção à criança), na explicação do mau trato. Desta forma, a intervenção esperada pelos leigos sugere mudanças a nível social e comunitário e ao nível do sistema de valores. Contudo, se a intervenção social que subentende esta proposta não parece socialmente polémica, - intervenção social que vai de encontro às abordagens que advogam uma maior intervenção do Estado na melhoria das condições de vida das famílias e das condições que diminuem o stress familiar (e.g., Garbarino et al., 1986) - as questões dos valores já podem acentuar mais o debate público acerca do delicado papel de interferência do Estado e do Direito na vida familiar, na integridade da família e na autonomia parental.

A análise interactiva dos factores de variabilidade das crenças de senso comum torna possível o desenvolvimento de programas de sensibilização para o problema direccionados especificamente para determinados grupos sociais. Sabemos que os valores evoluem e à medida que mudam em resposta às mudanças das condições sociais e da evolução científica, são frequentemente foco de debate. Estes resultados de investigação sobre o pensamento do senso-comum podem contribuir para este debate, não só porque aqueles que se referem directamente aos valores evidenciam as diferentes percepções sobre as necessidades das famílias e das crianças, e do papel da comunidade na intervenção familiar, como evidenciam que os resultados de investigação sobre a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

etiologia do mau trato, muitas vezes, mais do que fornecerem soluções imediatas de intervenção, constroem conhecimento que contribui para transformar esses valores.

A segunda recomendação que parece implícita nestes resultados sugere que a emergência de diferentes teorias, a sua circulação social, e o papel dos sujeitos nas interações sociais começam a admitir combinações diferentes de conhecimento, em que maneiras de pensar anteriormente antagônicas parecem agora poderem coexistir (Moscovici & Hewstone, 1984). Assim, os resultados de investigação sobre o teste dos modelos teóricos etiológicos da parentalidade abusiva podem e devem ser divulgados junto do meio técnico e social. Fazendo isso, os resultados de investigação podem ajudar a reorientar as ideias prevalecentes dos técnicos e do senso comum sobre a intervenção no mau trato, para que reflectam mais as reais necessidades dos pais e os interesses das crianças tais como as que os modelos científicos propõem. Outros autores, a propósito de outros assuntos sobre educação (Palacios et al., 1992), e do mau trato (Thompson, 1993), enfatizaram a “passagem de conhecimento” enquanto processo de absorção das ciências sociais pela comunidade através da comunicação social, do contacto com técnicos e outras fontes. Conceitos, ideias, e teorias de desenvolvimento fazem parte dos entendimentos e valores que as pessoas têm, e interferem, quer nas avaliações que fazem dos problemas, das necessidades e dos serviços disponíveis, como nas considerações sobre as alternativas de intervenção e sua implementação. Mais, a divulgação dos resultados de investigação pode contribuir para a evolução das percepções do público sobre as características das famílias e crianças e do seu funcionamento. Desta forma, a divulgação da investigação não só contribui para a mudança gradual dos valores pelos quais as propostas de intervenção são desenvolvidas e avaliadas, como aumenta os níveis de exigência e de abrangência dos factores de risco



e conduza a que se esteja mais atento à sua prevenção e ao controlo social que a comunidade e as instituições de suporte social possam exercer sobre esses factores nas famílias.

### Referencias

- Ammerman, R. T. (1990). Etiological models of child maltreatment. *Behavior Modification*, 14, 230 - 254.
- Belsky, J. (1978). Three theoretical models of child abuse: A critical review. *Child Abuse & Neglect*, 2, 37-49
- Belsky, J. (1980). Child maltreatment: An ecological integration. *American Psychologist*, 35, 320-335.
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: a process model. *Child Development*, 55, 83-96.
- Belsky, J., & Vondra, J. (1989). Lessons from child abuse: the determinants of parenting. In D. Cicchetti & V. Carlson (Eds.), *Child maltreatment: Theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect* (pp. 153-202). New York: Cambridge University Press.
- Billig, M. (1993). Studying the thinking society: Social representations, rethoric and attitudes. In G. M. Breakwell & D. V. Canter (Eds.), *Empirical approaches to social representations* (pp. 39-62). Oxford, England: Clarendon Press.
- Bugental, D. B., & Goodnow, J. J. (1997). Socialization processes. In W. Damon (Ed.), *Handbook of Child Psychology* (Vol. 3; pp. 389-462). New York: Wiley.
- Calheiros, M. (2006). A construção social do mau trato e da negligência parental – do senso comum ao conhecimento científico. Fundação Calouste Gulbenkian. Imprensa de Coimbra.
- Carugati, F. (1990). Everyday ideas, theoretical models and social representations: The case of intelligence and its developments. In G. R. Semin & K. J. Gergen (Eds.), *Everyday Understanding* (pp. 130-150). London: Sage.
- Carugati, F., Emiliani, F., & Molinari, L. (1990). Being a mother is not enough. Theories and images in the social representations of childhood. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, T 3, n° 3 , 289-306.
- Cicchetti, D., & Lynch, M. (1993). Toward an ecological/transactional model of community violence and child maltreatment: Consequences for children`s development. *Psychiatry*, 56, 96-118.
- Cicchetti, D., & Rizley, R. (1981). Developmental perspectives on the etiology, intergenerational transmissions, and sequele of child maltreatment. *New Directions for Child Development*, 11, 31-55.
- Collins, W. A., Maccoby, E. E., Steinberg, L., Hetherington, E. M., & Bornstein, M. H. (2000). Contemporary research on parenting: The case for nature and nurture. *American Psychologist*, 55, 218-232.
- Decreto de Lei nº 189/91 (1991). In Diário da República – I Série A, Nº.113. Ministério da Justiça, Portugal.
- Dhopper, S. S., Royse, D.D., & Wolfe, L. C., (1991). A statewide study of the public attitudes toward child abuse. *Child Abuse & Neglect*, 15, 37-44.



- Dubowitz, H., Klockner, A., Starr, R. H., & Black, M. (1998). Community and professional definitions of child neglect. *Child Maltreatment*, 3, 235-243.
- Garbarino, J., Guttman, E., & Seeley, J. (1986). *The psychologically battered child: strategies for identification, assessment, and intervention*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Giovannoni, J. (1989). Definitional issues in child maltreatment. In D. Cicchetti & V. Carlson (Eds.), *Child maltreatment: Theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect* (pp. 3-37). New York: Cambridge University Press.
- Ginny Sprang, James J. Clark and Stephanie Bass, (2005). Factors that contribute to child maltreatment severity: a multi-method and multidimensional investigation. *Child Abuse & Neglect*, 29, 335-350.
- Goodnow, J. (1995). Parent's knowledge and expectations. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting* (Vol. 3; pp. 305-332). Mahwah, NJ. Lawrence Erlbaum.
- Goodnow, J., & Collins, A. (1990). *Development according to parents. The nature, sources and consequences of parents' ideas*. Hove, East Suss.: Lawrence Erlbaum.
- Korbin, E. J. (1987). Child abuse and neglect: The cultural context. In Helfer, R. H. and Kempe, R. S. (Eds.), *The Battered Child* (4th ed. Revised and Expanded), the University of Chicago Press.
- Korbin, J.E., Coulton, C. J., Lindstrom-Ufuti, H., & Spilsbury, J. (2000). Neighborhood views on the definition and etiology of child maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 24, 1509-1527.
- Lerner, R. M. (1997). Theories of human development: Contemporary perspectives. In W. Damon & R. M. Lerner (vol. 1), *Handbook of Child Psychology* (pp. 1-24). New York: John Wiley & Sons, Inc.
- McGillicuddy-DeLisi, A. V., & Sigel, I.E. (1995). Parental beliefs. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Vol. 3. Status and social conditions of parenting* (pp. 333-358). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Moscovici, S. (1984). The Phenomenon of Social Representations. In R. Farr and S. Moscovici (Eds.), *Social Representations* (pp. 3-69). Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. & Hewstone, M. (1984). De la science au sens commun. In Moscovici (Ed.), *Psychologie Sociale*. Paris : Puf.
- Mugny, G., Carugati, F. (1985). *L' intelligence au pluriel: Les représentations sociales de L'Intelligence et de son développement*. Cousset: Del Val.
- Palacios, J., Gonzalez, M. M., & Moreno, M. C. (1992). Stimulating the child in the realm of cognitive development. In I.E. Sigel, A.V. McGillicuddy-De Lisi, & J.J. Goodnow (Eds.), *Parental belief systems* (2<sup>nd</sup> ed., pp. 71-94). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Polansky, N. A., Ammons, P., & Weathersby, B. (1983). Is there an American standard of child care?. *Social Work*, 28, 341-346.
- Portwood, S. G. (1998). The impact of individuals' characteristics and experiences on their definitions of child maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 22, 437-452.
- Portwood, S. G. (1999). Coming to terms with a consensual definition of child maltreatment. *Child Maltreatment*, 1, 56-68.
- Rutter, M. (1989). Intergenerational continuities and discontinuities in serious parenting difficulties. In D. Cicchetti & V. Carlson (Eds.), *Child maltreatment: Theory*



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

- and research on the causes and consequences of child abuse and neglect* (pp. 317-348). New York: Cambridge University Press.
- Sprang, G., Clark, J., & Bass, S., (2005). Factors that contribute to child maltreatment severity: a multimethod and multidimensional investigation. *Child Abuse & Neglect*, 29, 335-350.
- Sidebotham, P., & Heron, J., (2006). Child maltreatment in the “children of the nineties”: a cohort study of risk factors. *Child Abuse & Neglect*, 30, 497-522.
- Simarra, J. Paul, J. & San Juan, C.(2002). Malos tratos infantiles:representaciones sociales de la poblacion general y de los profesionales del ambito de la infancia en el caribe colombiano. *Child Abuse & Neglect*, 26, 815-831.
- Thompson, R. A. (1993). Developmental research and legal policy: Toward a two-way street. In D. Cicchetti & S. L. Toth (Eds.), *Child abuse, child development, and social policy* (Cap. 3, pp.75-115). Norwood, N. J.: Ablex Publishing Corporation.
- Wolfe, D. A. (1991). *Preventing physical and emotional abuse of children*. New York: The Guilford Press.